

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 1958/2009

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

PARECER Nº 402/2013-CF

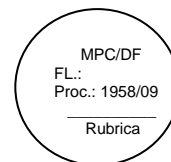
EMENTA: Convites: irregularidade. RA de Samambaia. 2009. Suspensão dos contratos. Defesas: análises. Sobrestamento. Inspeção. Corpo Técnico pelo levantamento do sobrestamento. Indícios de débito. Por aplicação de multa e determinação de diligências complementares. MPC/DF aquiesce.

Cuidam os autos da análise da Representação nº 04/2009 – CF, versando sobre possíveis irregularidades ocorridas na Administração Regional de Samambaia – RA XII, quando da contratação de obras de engenharia mediante convites (fls. 01/08).

2. Inicialmente, por meio do Relatório de Inspeção 03/2009, a Unidade Técnica constatou diversas irregularidades nos convites destacados pelo MPCDF, quais sejam: possível comunicação prévia entre licitantes; descumprimento de exigências editalícias pelas empresas participantes; validação, pela comissão, de propostas viciadas, bem como omissão generalizada de seus membros, entre outras irregularidades verificadas no decorrer do certame; falta de padronização entre valores estimados para mesmos itens dos objetos de diferentes obras, com diferenças que extrapolam 700%; ausência de pesquisa de preços ou de qualquer outra justificativa que amparasse os valores estimados; fracionamento de despesas, visando a situar o objeto licitado na modalidade convite; entre outros.

3. Em decorrência, o Tribunal, por meio do item III da Decisão 3671/2009, determinou a audiência de sete responsáveis (Administrador Regional, quatro membros da comissão permanente de licitação e dois servidores encarregados da elaboração dos projetos básicos das obras, todos lotados, à época, na RA XII). Contudo, mesmo após a ciência da Decisão, nenhum dos responsáveis apresentou defesa.

4. Adicionalmente, o item IV da mencionada Decisão supracitada, ante a possibilidade de anulação dos certames apontados como ilegais e dos contratos deles decorrentes, franqueou a dezoito empresas a manifestação nos autos, sendo que apenas as seguintes lançaram mão de tal faculdade: Alacon



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

Engenharia Ltda. (fls. 269/272), Construtora Ipê Ltda. (fls. 288/292), Brisa Construções Ltda. (fls. 345/346), Área Engenharia Ltda. (fls. 361/381) e Danluz Indústria Comércio e Serviços Ltda. (fls. 418/429).

5. Por fim, a Decisão 3671/2009, em seu item II.a, determinou à antiga SEOPS/CGDF que instaurasse, contra 44 empresas, *“os devidos processos administrativos, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 87, c/c o art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, em razão das irregularidades comentadas no tópico I do Relatório de Inspeção”*.

6. Em atendimento, a SEOPS/CGDF – sucedida pela Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC) – enviou os documentos de fls. 259/263, 312/324, 431/433 e 438/439, dando conta da instauração de processos apartados para cada uma das empresas (fls. 315/316), bem como da submissão de tais processos à Secretaria de Estado de Governo, órgão a quem competiria, neste caso concreto, a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, §3º, da Lei de Licitações.

7. Na última assentada, analisando o cumprimento dos itens II, III e IV da retrocitada Decisão 3671/2009, o Tribunal proferiu a Decisão 3943/2012, resolvendo, contudo, em seu item II, *“sobrestar o exame de mérito dos autos, até o cumprimento da determinação contida no inciso II, alínea “a”, da Decisão nº 3.671/2009”*. Ou seja, até que se ultime apuração, pela Secretaria de Estado de Governo, da conduta das 43 empresas elencadas no item II.a da Decisão nº 3671/2009, decidiu o Tribunal por sobrestar a análise da matéria deste autos, uma vez que não haveria, até então, provas cabais da prática, pelas empresas, dos atos ilegais apontados pelo Parquet especial na Representação nº 04/2009 – CF.

8. Na presente fase, então, por meio da Informação 4/13, a Unidade Técnica analisou o cumprimento da Decisão 3943/2012, propondo o levantamento do sobrestamento da análise do mérito destes autos, sugerindo a retomada, por conseguinte, do curso regular do processo, com a análise do atendimento à Decisão nº 3671/2009 e a proposição de aplicação de multa aos responsáveis, uma vez que restaram revéis, de onde se destacam:

(...)

13. Até a presente data, a Secretaria de Estado da Casa Civil encaminhou apenas o Ofício nº 365/2012/GAB/CACI (fl. 494) e anexos (fls. 495/506), em que informa a imposição, à empresa Construtora Oslo Ltda., da pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Em relação às demais empresas listadas no item II.a da Decisão nº 3671/2009, o Ofício esclarece que elas *“estão com seus respectivos processos administrativos tramitando na forma e*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

no prazo legal, quando oportunamente serão prestadas novas comunicações à Egrégia Corte de Contas”.

14. Entende esta Unidade Técnica, portanto, ser pertinente dirigir nova diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil – órgão que está, de fato, conduzindo as apurações –, determinando que informe ao Tribunal o *status* dos processos referentes às 42 empresas remanescentes.

(...)

16 Por outro lado, no § 13 supra, relatou-se a imposição, à Construtora Oslo Ltda., da pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Para a aplicação da dita penalidade, a comissão constituída no âmbito da Secretaria de Estado da Casa Civil, em seu Relatório Final (fls. 498/504), utilizou como fundamento as informações contidas no próprio Relatório de Inspeção nº 03/2009 (fls. 170/192), de autoria do Corpo Técnico deste Tribunal, apontando, em síntese, as seguintes práticas ilegais da empresa nos Convites nº 63/2008 e 69/2008: cartas-propostas com formatação e conteúdo semelhante às das demais licitantes; planilha de composição de BDI com percentual idêntico e formatação semelhante; cronogramas físico-financeiros idênticos na formatação e com os mesmos erros cometidos pelas demais licitantes; planilhas de preços com formatação idêntica e, para alguns itens, valores idênticos; e, termo de renúncia pré-elaborado, com formatação idêntica à apresentada pelas demais concorrentes (fls. 501/502). Concluiu, então, a comissão, que “os licitantes comunicaram-se com intuito de desvirtuar o certame licitatório” (fl. 502).

17. Rememore-se que, conforme § 32 do Relatório de Inspeção (fl. 180), a proposição de multa aos membros da comissão de licitação teve fulcro na omissão generalizada de seus membros em não desclassificar propostas viciadas, *in verbis*:

32. A situação demonstra que houve omissão generalizada dos membros da comissão julgadora ao ratificaram procedimentos eivados de vícios. Ante tal atitude, entende-se que os servidores Alexandre de Freitas (Presidente), Renata Michele Bento Alves (Membro), Juliana Rannibelly Oliveira (Membro) e José Ricardo Morais Verano (Membro), bem como o Sr. José Luiz Vieira Naves, Administrador Regional de Samambaia, responsável pelos atos de adjudicação dos objetos, estão sujeitos à sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c o art. 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

18. Ora, ante a apenação da empresa Oslo e a conclusão da comissão de que houve comunicação entre as licitantes – que apresentaram propostas idênticas em vários aspectos –, resta inquestionável a responsabilidade dos servidores elencados no parágrafo anterior, que deveriam ter desclassificado tal proposta e não o fizeram. Neste lance, não subsistem razões para que se mantenha o sobrestamento do feito em relação ao item III.a da Decisão nº 3671/2009.

19. Insubsistente, também, a manutenção do sobrestamento em relação aos demais itens da Decisão nº 3671/2009, uma vez que:

a) o item II da referida decisão dirigiu determinações à SEOPS/CGDF, sendo que: o item II.a está em fase de cumprimento pela STC; os itens II.b e II.c já foram cumpridos por meio do Ofício nº 3556/2009-SACG-SEOPS/CGDF (fl. 260); e, o item II.d perdeu seu objeto;

b) os itens III.b e III.c determinaram a audiência dos responsáveis com base em irregularidades que independem da conduta das empresas licitantes, tais como: falta de padronização entre valores estimados para mesmos itens dos objetos de diferentes obras, com diferenças que extrapolam 700%; ausência de pesquisa de preços ou de qualquer outra justificativa que amparasse os valores estimados; fracionamento de despesas, visando a situar o objeto licitado na modalidade convite; entre outros. Destarte, a condenação ou não das empresas listadas no item II.a da Decisão nº 3671/2009 não é requisito para a imposição das sanções debatidas nos itens III.b e III.c da mesma Decisão, uma vez que tais sanções não têm relação com qualquer conduta por parte das licitantes, e;

c) pelo item IV, a manifestação nos autos foi oportunizada a 18 empresas, tendo apenas 5 delas apresentado argumentos dentro do prazo concedido (vide § 4).

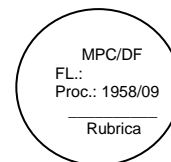
20. Pelo exposto, resta claro que a análise do mérito da matéria pode ser retomada sem prejuízo à incolumidade processual.

(...)

III.c Da análise dos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 3671/2009

30. Conforme já discorrido no § 3 desta Peça, esta Corte determinou a audiência do Administrador Regional, de quatro membros da comissão permanente de licitação e de dois responsáveis pela elaboração dos projetos básicos das obras, todos da Administração Regional de Samambaia.

31. Mesmo após a ciência da Decisão, nenhum dos responsáveis apresentou defesa (vide § 11 da Informação 82/2011, fl. 472), devendo ser, portanto, considerados revéis, com a aplicação das respectivas penalidades pelas condutas e dispositivos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

infringidos listados na Matriz de Responsáveis constante do Papel de Trabalho nº 2 (fls. 664/665), elaborado a partir das análises empreendidas na Informação nº 82/2011 (fls. 467/479).

III.d Da análise do item IV da Decisão nº 3671/2009

32. Ante a possibilidade de anulação dos certames apontados como irregulares e dos contratos deles decorrentes, foi oportunizada a 18 empresas a manifestação nos autos, sendo que apenas 5 lançaram mão de tal faculdade (vide § 4 desta Informação).

33. Em esforço anterior, por meio da Informação nº 82/2011 (fls. 467/479), este Corpo Técnico já havia analisado e se pronunciado acerca da manifestação das empresas. Desta forma, em relação aos argumentos apresentados pelas licitantes Alacon Engenharia Ltda. (fls. 269/272), Construtora Ipê Ltda. (fls. 288/292), Área Engenharia Ltda. (fls. 361/381) e Danluz Indústria Comércio e Serviços Ltda. (fls. 418/429), remetemo-nos integralmente à análise delineada na Informação nº 82/2011, e consideramos todos improcedentes.

IV. DA INSPEÇÃO REALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

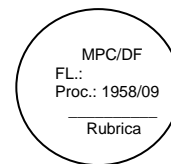
34. Conforme exposto no § 22 desta Peça, os documentos encaminhados pela RA XII (Ofício nº 1396/2012-GAB/ASTEC-RA XII, fls. 529/630) mostram-se insuficientes ao atendimento do item IV.a da Decisão nº 3943/2012, motivo pelo qual foi determinada a realização de inspeção na Administração Regional de Samambaia (fl. 632/633).

35. Realizada a inspeção, emitiu-se a Nota de Inspeção nº 20/2012 (fls. 634/635), solicitando o envio, ao Tribunal, de cópias de documentos dos processos nela listados. Em atendimento, a RA XII enviou o Ofício 444/2012-GAB (fl. 637/638) e anexos (fls. 639/649 e demais documentos componentes dos Anexos XIII e XIV).

36. Após análise da documentação encaminhada por meio do Ofício 444/2012-GAB, elaborou-se o Papel de Trabalho nº 1 – PT1 (fls. 661/663), onde são apresentadas, de forma consolidada, as informações requeridas por meio do item III da Decisão nº 3943/2012, quais sejam, a “*execução e correspondente liquidação das obras de que tratam Convites nºs 48, 51, 52, 55, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79 e 82/2008*”.

37. Da análise do PT1, nota-se que:

a) muitos processos não contam com a documentação completa, estando ausentes documentos como: notas de empenho, notas de lançamento, comprovação de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

pagamento das notas fiscais, atestado de execução, termos de recebimento, justificativa para alteração de itens de projeto, etc.;

b) das 23 obras analisadas, apenas 2 contam com Termo de Recebimento Provisório, e nenhuma delas foi recebida definitivamente. Em muitos dos empreendimentos, há ofícios emitidos pelas próprias empresas solicitando à RA que proceda ao recebimento da obra;

c) não foi possível analisar a execução, a liquidação e o recebimento da obra objeto do Convite nº 61/2008, uma vez que o processo originário respectivo (142.000.643/2008) encontra-se apreendido na Terceira Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social;

d) não obstante haja atestado de total conclusão da obra assinado por Alexandre de Freitas (fl. 21 do Anexo XIII), há indícios de inexecução da obra objeto do Convite nº 73/2008 (processo originário 142.000.170/2008), uma vez que o, à época, Diretor de Obras da RA XII, Sr. Wilson Francisco Barcelos, informou que o endereço onde a obra deveria ter sido executada não existe (fl. 74 do Anexo XIII);

e) há indícios de que o objeto original do Convite nº 74/2008 (processo originário 142.000.608/2008) não foi executado. Em vez de as obras terem sido realizadas nos locais previstos inicialmente no projeto básico, os serviços foram executados em outros locais (fls. 646/649);

f) não foi identificado o atestado de execução para a etapa final da obra objeto do Convite nº 76/2008 (processo originário 142.000.186/2008 – vide fl. 663);

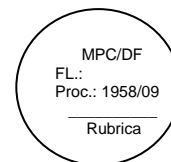
g) há indícios de que as obras objeto do Convite nº 77/2008 (processo originário 142.000.604/2008) foram apenas parcialmente executadas (fl. 642) , e;

h) em relação às obras objeto do Convite nº 82/2008 (processo originário 142.000.641/2008), há informações nos autos que indicam a alteração do endereço inicialmente fixado no projeto básico. Entretanto, não foi encontrada justificativa para tal.

9. As conclusões e sugestões apresentadas foram:

38. Entende este Corpo Técnico que as diligências determinadas pelo Tribunal por meio do item II da Decisão nº 3671/2009 restaram integralmente cumpridas, tal como discurrido nos §§ 26 a 29.

39. Tal como esposado nos §§ 15 a 20, não mais subsistem motivos para a manutenção do sobrestamento dos autos, pelo que propomos a retomada do curso normal do processo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

40. Acatada a proposta de levantamento do sobrestamento, deve ser aplicada multa aos responsáveis revéis, tal como exposto nos §§ 30 e 31.

41. O item III da Decisão nº 3943/2012 está sendo cumprido pela Secretaria de Estado da Casa Civil, conforme delineado nos §§ 12 a 14 desta Informação. Necessário é, contudo, emitir determinação a essa Secretaria para que informe o andamento dos processos abertos contra as demais 42 empresas.

42. O item IV.a da Decisão 3943/2012 foi atendido apenas parcialmente. Não obstante, a insuficiência de informações foi suprida por Inspeção realizada por este Corpo Técnico, pelo que se pode relevar do descumprimento parcial do item IV.a.

43. No que tange ao item IV.b da Decisão 3943/2012, entendemos pertinente encaminhar diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil para que informe o cumprimento da deliberação desta Corte.

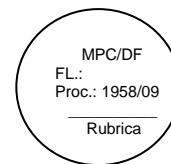
44. Em relação à Inspeção realizada na Administração Regional de Samambaia, tecemos as considerações abaixo.

45. Não obstante, na alínea “b” do § 37, tenhamos relatado que para nenhuma obra foi emitido termo de recebimento definitivo, consideramos despidendo emitir determinação à RA para que proceda a tal recebimento, pois, além de já decorridos quase quatro anos da execução das obras em comento, quase a totalidade delas possui atestado de execução assinado pela autoridade competente – para aquelas que não possuem o referido atestado de execução, fizemos as observações pertinentes no PT1.

46. No que concerne ao achado descrito na alínea “d” do § 37, ressalta-se que o pagamento à empresa JD Construções e Instalações Ltda. não foi feito à época devida, pelo que a RA XII está em processo de reconhecimento de dívida perante a contratada. Entretanto, ante os indícios verificados de inexecução da obra, considera-se imperioso determinar à Administração Regional de Samambaia que sobresteja o processo de reconhecimento de dívida até que se constate a plena execução do objeto do Convite nº 73/2008, nos termos do art. 4º do Decreto nº 33.137/2011. Deverá ser dado conhecimento dessa decisão à STC, para que promova as providências de sua alçada, nos termos do art. 2º da Portaria CGDF nº 114/2012 (fls. 47/48 do Anexo XIII) e do art. 6º do Decreto nº 33.137/2011.

47. Sobre os fatos narrados nas alíneas “e” e “h” do § 37, deverá a Administração Regional de Samambaia apresentar informações acerca da completa execução das obras objeto dos Convites nos 74/2008 e 82/2008, ainda que em endereço diverso do inicialmente fixado no projeto básico.

48. Quanto ao achado descrito na alínea “f” do § 37, deverá a Administração Regional de Samambaia apresentar informações e documentação probatória que comprove a completa execução da obra.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

49. No que tange ao achado contido na alínea “g” do § 37, considerando o despacho assinado pelo Sr. Cristiano Lopes Calisto que dá conta da execução parcial do objeto do Convite nº 77/2008 (fl. 642), deverá a Administração Regional de Samambaia manifestar-se, apresentando documentação probatória, acerca da completa execução da obra em apreço. Tal manifestação deverá ser, também, facultada à empresa contratada – Área Engenharia Ltda.

50. Pertinente, ainda, determinar à RA XII que informe ao Tribunal a situação dos pagamentos às empresas contratadas para executar os objetos dos Convites nº 73, 74, 77 e 82/2008.

51. Por fim, objetivando dar plena satisfação ao item III da Decisão nº 3943/2012, sugere-se solicitar à Terceira Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios as conclusões advindas da análise do processo 142.000.643/2008, oriundo da Administração Regional de Samambaia (Convite nº 61/2008).

SUGESTÕES

52. Ante o exposto, sugere-se ao Tribunal:

I - tomar conhecimento:

a) do Ofício nº 365/2012/GAB/CACI (fl. 494) e seus anexos (fls.495/506);

b) do Ofício nº 1396/2012-GAB/ASTEC-RA XII (fls. 529/630);

c) do Ofício nº 444/2012-GAB (fls. 637/638) e de seus anexos (fls. 639/649 e demais documentos que passaram a compor os Anexos XIII e XIV destes autos);

II - levantar o sobrestamento do exame de mérito dos autos;

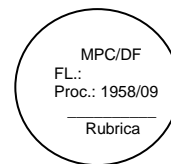
III - considerar:

a) cumprido o item II da Decisão nº 3671/2009;

b) parcialmente cumprido o item VI.a da Decisão nº 3943/2012, relevando a parcela não cumprida;

c) revéis os indigitados no item III da Decisão nº 3671/2009;

IV - aplicar a sanção prevista:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

a) no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o art. 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF aos responsáveis Alexandre de Freitas, Renata Michele Bento Alves, Juliana Rannibelly Oliveira, José Ricardo Moraes Verano e José Luiz Vieira Naves, por infração aos arts. 43, incisos IV e V e §§ 1º e 2º; 44, *caput*; e, 45, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, tal como ocorrido no Tópico II do Relatório de Inspeção nº 03/2009;

b) no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o art. 182, inciso II, do Regimento Interno do TCDF aos responsáveis Francisco Augusto de Oliveira Júnior, Marcelo Pimentel Gonçalves e José Luiz Vieira Naves, por infração aos arts. 3º; 6º, inciso IX, alínea f; e, 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, tal como ocorrido no Tópico III do Relatório de Inspeção nº 03/2009;

c) no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o art. 182, inciso I, do Regimento Interno do TCDF ao responsável José Luiz Vieira Naves, por infração aos arts. 3º, *caput*; e, 23, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, tal como ocorrido no Tópico IV do Relatório de Inspeção nº 03/2009;

V - determinar:

a) à Secretaria de Estado da Casa Civil que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a.1) em atenção ao item III da Decisão nº 3943/2012, informe a este Tribunal o deslinde dos processos administrativos instaurados em função do item II.a da Decisão nº 3671/2009;

a.2) informe ao Tribunal acerca do cumprimento do item IV.b da Decisão nº 3943/2012;

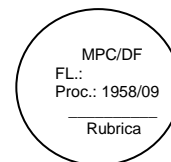
b) à Administração Regional de Samambaia – RA XII que, no prazo de 30 (trinta) dias:

b.1) comprove, de forma inequívoca, a completa execução dos objetos dos Convites nos 73/2008, 76/2008 e 77/2008, manifestando-se acerca do exposto nas alíneas “d”, “f” e “g” do § 37 desta Instrução;

b.2) sobresteja o reconhecimento de dívida decorrente do processo 142.000.170/2008, até que se constate a plena execução do objeto do Convite nº 73/2008, dando ciência a este Tribunal da adoção de tal medida;

b.3) comprove, de forma inequívoca, a completa execução do objeto dos Convites nos 74/2008 e 82/2008, informando ao Tribunal caso a execução tenha ocorrido em endereço diverso do determinado nos respectivos projetos básicos;

b.4) informe a situação dos pagamentos efetuados às empresas contratadas para executar os objetos dos Convites nos 73/2008, 74/2008, 77/2008 e 82/2008;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

VI - solicitar à Terceira Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios as conclusões advindas da análise do processo 142.000.643/2008, oriundo da Administração Regional de Samambaia (Convite nº 61/2008);

VII - dar ciência desta decisão:

a) à empresa JD Construções e Instalações Ltda., para que, querendo, manifeste-se acerca do ocorrido na alínea “d” do § 37 e § 46 desta Instrução;

b) à empresa Área Engenharia Ltda., para que, querendo, manifeste-se acerca do ocorrido na alínea “g” do § 37 e § 49 desta Instrução;

c) à Secretaria de Estado de Transparência e Controle, para que, nos termos do art. 2º da Portaria CGDF nº 114/2012 e do art. 6º do Decreto nº 33.137/2011, promova as providências de sua alçada acerca da determinação contida no item V.b.2 desta Decisão;

VIII - autorizar:

a) o envio de cópia desta Instrução, bem como do voto condutor e da decisão a ser proferida às empresas mencionadas nos itens VII.a e VII.b retro, para subsidiar o cumprimento dos referidos itens;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para as providências cabíveis.

10. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer que aquiesce às conclusões e sugestões alvitradas pela Unidade Técnica, às fls. 679/682.

É o parecer.

Brasília, 09 de abril de 2013.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora do MPC/DF